



CONCURSO PÚBLICO
Edital n. 01/2008-CMBH

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA – POLÍTICA URBANA
Código 104

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.
Elas fazem parte da sua prova.

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo **Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Noções de Direito Público.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**

- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;

- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2008-CMBH, “Será eliminado deste concurso público o candidato que [...] **portar arma** no local [...], **portar – mesmo que desligados** – ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos [...] tais como relógio digital [...], **telefone celular**, [...] ou outros similares [...]” (subitem 7.16, alíneas “e” e “f”).

O TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E ABERTA É DE 5 (CINCO) HORAS INCLUINDO O PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS E A TRANSCRIÇÃO DE RASCUNHO, SE HOVER.

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **50 (cinquenta) questões objetivas sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos e 10 (dez) questões de Noções de Direito Público** —, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas**, das quais apenas **uma** responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de 1 a 15 relacionam-se com o texto abaixo. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

Constituição – 20 anos

A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas. Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores. “A Assembléia Constituinte era
5 composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil”, lembra Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição. Alguns impasses eram insolúveis, como provam os diversos temas consagrados no texto, mas deixados à espera de uma lei complementar. Até hoje há dezenas de
10 artigos que aguardam regulamentação. Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira. Dois méritos se agigantam quando se fala da Constituição de 88. Assim que foi promulgada, ela se tornou um símbolo. Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática. Como na primeira hora, a Carta preserva
15 essa força simbólica. Acima de tudo, ela deu ao país instituições funcionais, verdadeiras máquinas de resolver conflitos sem rupturas políticas dramáticas e paralisantes, e, fazendo isso, proporcionou ao Brasil um caminho trilhável para o futuro. Não é pouca coisa.

As luzes da democracia só chegaram ao país em 1891, um século após
20 nascer na Europa e nos Estados Unidos. No século passado, o Brasil conheceu apenas lampejos democráticos, intercalados com as longas sombras dos períodos autoritários. Antes da Carta de 88, foram quatro constituições e duas ditaduras — a de Getúlio Vargas e a dos militares. A cada terremoto institucional, seguia-se uma nova Constituição.

Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque
25 ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável. Ainda assim, a nova certidão de nascimento contém falhas congênitas. Um dos maiores estudiosos da história dos governos, o inglês S.E. Finer definiu desta forma as constituições: “Elas são códigos de normas
30 que pretendem regular a distribuição de poderes, funções e deveres entre as várias agências do governo e definir as relações entre eles e o povo”. Aí se encontra, por assim dizer, o mínimo denominador comum de um texto constitucional, preocupado em separar os poderes, organizar o funcionamento do estado e garantir os direitos individuais dos cidadãos. A Carta brasileira não se contentou com as nobres
35 funções definidas por Finer e, seguindo uma tendência das constituições no século XX, encantou-se com o dirigismo econômico a ponto de ameaçar o funcionamento da atividade produtiva.

É notório o detalhismo da Carta de 88. Quando se examinam os artigos que ficaram de fora do texto final, nota-se a disposição dos constituintes para o detalhe.

40 Um artigo suprimido estabelecia, por exemplo, que “homens e mulheres teriam direitos iguais, excetuando-se os períodos de menstruação”. Dois deles, que ficaram na redação definitiva, citam a Ordem dos Advogados do Brasil, o que faz dela, talvez, como observou o constituinte Roberto Campos, o único “clube de profissionais” a eternizar-se em um texto constitucional. O detalhismo foi uma
45 opção dos constituintes baseada no que acreditavam ser sua mais nobre missão, como explica o constitucionalista Oscar Vilhena, da Universidade de São Paulo: “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na
50 Constituição”.

Paradoxalmente, a Carta de 88 perpetuou a concentração do poder no Executivo, dando continuidade a uma tradição que remonta ao império. O governo federal se manteve senhor absoluto da chave do cofre, de modo que o grosso dos tributos pagos pelo contribuinte continuou fazendo uma escala nos cofres da União
55 para só então ser distribuído, ao alvitre do poder central, aos estados e municípios. Qual seria a alternativa? Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo. A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou
60 um meio de legislar sobre qualquer assunto. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: “O modelo aprovado pelos constituintes resultou numa concentração ainda mais aguda de poderes do governo central, o que causa um desequilíbrio na harmonia do sistema democrático. Esse presidencialismo imperial levou ao
65 enfraquecimento do Congresso e do sistema partidário”.

Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88. O mais agudo deles foi o processo de ‘impeachment’ do presidente Collor, todo ele conduzido dentro da legalidade do Congresso. Nos crimes de corrupção que se seguiram, seja no governo Fernando
70 Henrique Cardoso, seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova
75 Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney. Ele se baseava na avaliação — acertada — de que os dispositivos econômicos da Constituição embutiam enormes desequilíbrios. As emendas salvaram-na do vaticínio de Sarney. O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou uma cadeia de rádio e TV para reafirmar suas convicções: “Será a
80 Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo”. Ulysses tinha certeza de ter produzido uma Constituição com “cheiro de amanhã, não de mofo”. À sua maneira, tanto Sarney quanto Ulysses estavam certos. A Carta de 88 refletiu a hegemonia da sociedade civil e dos princípios democráticos. Seria, portanto, uma
85 redução ociosa classificá-la como boa ou ruim. Ela veio a ser funcional no terreno da política e na arquitetura social — e, graças às dezenas de emendas que recebeu nessas duas décadas, foi se tornando menos pesada na economia. É a cara do Brasil.

Veja, 8/10/2008, texto adaptado.

Questão 1

A alternativa que **NÃO** contém um desdobramento apresentado no texto como ponto negativo da Constituição é

- A) debilitação dos partidos políticos.
- B) excesso de pormenores, com o objetivo, entre outros, de se controlar a atividade econômica.
- C) generosidade em relação aos direitos sociais, tornando a gestão pública quase inviável.
- D) restrição das prerrogativas da Câmara e do Senado, no que diz respeito à atividade legiferante, como decorrência da hipertrofia do Executivo.

Questão 2

O texto apresenta os constituintes de 88 como

- A) corporativistas, marcados pela carência de princípios éticos.
- B) idealistas, caracterizados pela heterogeneidade e pela profusão de interesses.
- C) inseqüentes, evitados pelo temor decorrente da repressão do período ditatorial.
- D) sérios e responsáveis, identificados pela capacidade de aquiescer e fazer concessões diante de impasses.

Questão 3

Assinale a alternativa que apresenta uma assertiva que **NÃO** condiz com as idéias expressas no texto.

- A) A aprovação de emendas à Constituição resgatou, de alguma forma, a governabilidade do Brasil.
- B) A inclusão na Carta do dispositivo que trata da OAB se justifica pelo fato de ser a mais reconhecida entidade de classe de defesa dos direitos sociais e humanos.
- C) Num regime ideal, haveria maior desconcentração de poder, inclusive no que se refere à repartição de recursos públicos.
- D) O *impeachment* de Collor representou um teste, um momento institucional em que foram respeitados os princípios democráticos implantados com a Constituição de 1988.

Questão 4

O texto vincula os temas cuja regulamentação depende de lei complementar

- A) à necessidade de detalhamento, impertinente numa Constituição.
- B) à ausência de acordo, conseqüência da diversidade de percepções e interesses.
- C) à prioridade para os temas mais instigantes e prementes.
- D) ao fato de não abordarem temas alheios a uma Constituição.

Questão 5

“Será a Constituição Cidadã porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.”
(linhas 79-80)

Assinale a alternativa em que a substituição do termo sublinhado pelo pronome correspondente está **CORRETA**.

- A) Será a Constituição Cidadã porque os recuperará como cidadãos.
- B) Será a Constituição Cidadã porque recuperá-los-á como cidadãos.
- C) Será a Constituição Cidadã porque lhes recuperará como cidadãos.
- D) Será a Constituição Cidadã porque recuperar-lhes-á como cidadãos.

Questão 6

“A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” (linhas 1-2)

Assinale a redação que **NÃO** é admitida pela norma culta.

- A) Completaram-se vinte anos desde a promulgação da Constituição.
- B) Faz vinte anos que a Constituição foi promulgada.
- C) Promulgou-se, há vinte anos, a Constituição.
- D) Tem vinte anos que a Constituição foi promulgada.

Questão 7

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney.

Mantendo-se o contexto e preservando-se o significado, a estrutura sublinhada pode ser substituída por

- A) Sarney afirmou que ela torna o Brasil ingovernável.
- B) Sarney afirmou que ela tornará o Brasil ingovernável.
- C) Sarney afirmou que ela tornara o Brasil ingovernável.
- D) Sarney afirmou que ela tornaria o Brasil ingovernável.

Questão 8

Assinale a alternativa em que **NÃO** se admite a correspondência entre o termo destacado e a expressão entre colchetes.

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. [ATOS EXCEPCIONALÍSSIMOS]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas.” [DAS FORÇAS POLÍTICAS DOMINANTES]
- C) Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta [...] [A JOSÉ SARNEY]
- D) “Elas são códigos de normas que pretendem regular a distribuição dos poderes [...]” [CÓDIGOS DE NORMAS]

Questão 9

“Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável.”

Considerando o período destacado acima, assinale a alternativa em que a redação proposta **NÃO** preserva o sentido do texto.

- A) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Logo seu DNA era robusto e saudável.
- B) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais, pois seu DNA era robusto e saudável.
- C) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, assim, robusto e saudável.
- D) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, pois, robusto e saudável.

Questão 10

Ainda que provoque alguma alteração no sentido, a substituição do termo sublinhado pela forma verbal entre colchetes **NÃO** acarreta erro de concordância em

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dívida das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto.” [SE TORNARAM]
- B) “Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo.” [MOSTRAVAM]
- C) “Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88.” [FALTOU]
- D) “[...] seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.” [COGITARAM]

Questão 11

“A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens.” (linhas 4-5)

Assinale a forma ativa correspondente ao período acima.

- A) Pessoas de todas as origens compõem a Constituinte.
- B) Pessoas de todas as origens comporiam a Constituinte.
- C) Pessoas de todas as origens compunham a Constituinte.
- D) Pessoas de todas as origens compuseram a Constituinte.

Questão 12

“Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira.” (linhas 10-11)

Assinale a redação que **NÃO** contém erro gramatical.

- A) Vista por esse prisma, a Constituição deixou claro que existem bastantes pontos de dissenso na vida pública brasileira.
- B) Vistas por esse prisma, as disposições constitucionais deixaram claro os traços da existência de dissenso na vida pública brasileira.
- C) Visto por esse prisma, o texto constitucional deixou claro o quão repleto de dissenso é a vida pública brasileira.
- D) Vistos por este prisma, os dispositivos do texto constitucional deixaram claras as evidências de como se fez presentes na vida pública brasileira o dissenso.

Questão 13

“Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática.” (linhas 13-14)

A alternativa que contém uma forma verbal correspondente, em tempo e modo, à estrutura sublinhada é

- A) cumpria.
- B) cumprira.
- C) cumpriria.
- D) cumpriu.

Questão 14

De acordo com o Decreto n. 6.583, publicado no “Diário da União” de 30/09/2008, “não se acentuam graficamente os ditongos da sílaba tônica das palavras paroxítonas”.

Nos termos da mesma publicação, “o Acordo, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, obedecerá a um período de transição até 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica em vigor e a nova norma estabelecida.”

Assinale a alternativa que contém um vocábulo em que o acento gráfico — ainda obrigatório — se justifica pela regra do ditongo mencionada na transcrição acima.

- A) Assembléia.
- B) País
- C) Período
- D) Pôr

Questão 15

A alternativa em que a nova redação preserva o sentido e a correção gramatical é

- A) “A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil” [...] Pessoas de todas as origens compunham a Assembléia Constituinte: banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros, que queriam, todos estarem representados e, a seu modo, melhorar o Brasil. [...]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” Na ocasião de sua promulgação, a Constituição — que agora completa vinte anos — refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil.
- C) “Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores.” Como a história, as constituições são escritas pelos vencedores, haja vista que não só materializam os acordos possíveis como também os consensos perfeitos.
- D) “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição”. Encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição parecia, naquele momento, serem a maneira mais apropriada dos constituintes assegurarem que não se repetisse os abusos da ditadura como a censura e a perseguição política.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

A Constituição Federal de 1988 define que

- A) o Plano Diretor é obrigatório para todos os municípios do País.
- B) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas pelo Plano Diretor.
- C) a elaboração do Plano Diretor Municipal deverá seguir o que dispuser a Legislação Estadual.
- D) o Plano Diretor Municipal será estabelecido por Decreto do poder executivo local.

Questão 17

Segundo a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano — Lei n. 6.766/79 —, o interessado em lotear, em municípios com mais de 50.000 habitantes, deverá

- A) fazer o projeto executivo e apresentá-lo à Prefeitura para aprovação.
- B) fazer o projeto executivo, seguindo as normas da Lei Federal n. 6.766/79 e da legislação estadual pertinente e registrá-lo no Cartório de Imóveis.
- C) solicitar à Prefeitura Municipal que defina as diretrizes para posterior desenvolvimento do projeto para aprovação.
- D) fazer o projeto executivo e apresentá-lo ao Estado para aprovação.

Questão 18

O Estatuto da Cidade dispõe que

- A) todos os Instrumentos de Política Urbana, definidos no Estatuto da cidade, serão obrigatórios nos Planos Diretores Municipais.
- B) a lei do Plano Diretor restringe-se exclusivamente ao perímetro urbano e de expansão urbana de cada município.
- C) haverá integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência.
- D) o Plano Diretor Municipal é parte da Agenda 21 do município.

Questão 19

Entre os instrumentos de política urbana definidos no estatuto da cidade, três são articulados entre si no texto da lei, funcionando em seqüência.

Identifique-os a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Operações urbanas, Regularização fundiária, Parcelamento, edificação ou utilização compulsória.
- B) Direito de superfície, Servidão administrativa, Transferência do direito de construir.
- C) Instituição de zonas especiais de interesse social, tombamento de imóveis, Iptu progressivo.
- D) Parcelamento, edificação ou utilização compulsória, Iptu progressivo, Desapropriação com títulos da dívida pública.

Questão 20

A Lei Estadual Complementar n. 88/206 dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o fundo metropolitano.

Acerca da instituição de região metropolitana, a Lei define que ela

- A) se dará para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum.
- B) se dará para promover consórcios imobiliários.
- C) se dará a partir da consideração de bacias hidrográficas.
- D) se dará exclusivamente a partir da solicitação dos Municípios.

Questão 21

A gestão metropolitana compete

- A) à Assembléia Metropolitana, ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e à Agência Metropolitana.
- B) à Assembléia Metropolitana, à Agência Metropolitana e ao Conselho de Desenvolvimento Estadual e das Regiões Metropolitanas.
- C) ao Conselho de Desenvolvimento Estadual e Regiões Metropolitanas.
- D) à Assembléia Metropolitana, exclusivamente.

Questão 22

A Lei Complementar n. 89/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), define como componentes da RMBH o seguinte número de municípios, excetuados os do colar metropolitano

- A) 14
- B) 22
- C) 25
- D) 34

Questão 23

A Lei Orgânica de Belo Horizonte, quando trata do plano diretor municipal, define que as diretrizes e metas do Plano Diretor

- A) devem estar ajustadas às definidas para a Região Metropolitana.
- B) devem estar ajustadas às definidas para os Municípios vizinhos.
- C) referem-se às áreas urbanas e de expansão urbana do Município.
- D) referem-se, apenas, ao desenvolvimento econômico do Município.

Questão 24

A Lei n. 7.165/96, do Plano Diretor de Belo Horizonte, define para a área central da cidade a seguinte diretriz:

- A) é vedado apenas o uso do solo quando compromete a segurança das pessoas ou sobrecarrega o trânsito.
- B) é vedada a construção e ampliação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais.
- C) é vedada a construção de novas edificações destinadas a moradias.
- D) é vedada a construção novos centros comerciais.

Questão 25

Para o Parcelamento do Solo em Belo Horizonte, analise as seguintes exigências com base no que dispõe a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Lei n. 7.166/96 e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) os lotes terão área mínima de 125,00 m² e os lados dos quarteirões não podem ter extensão maior que 200,00 m.
- B) Os lotes terão área mínima de 360,00 m e os lados dos quarteirões não podem ter extensão maior que 150,00 m.
- C) Os lotes terão área mínima de 250,00 m² e os lados dos quarteirões não podem ter extensão maior que 200,00 m.
- D) Os lotes terão área mínima de 125,00 m² e os lados dos quarteirões não podem ter mais que 500,00 m de extensão.

Questão 26

Na classificação viária, de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, Lei n. 7.166/96, são consideradas vias coletoras aquelas que apresentam as seguintes características:

- A) significativo volume de tráfego, sendo utilizadas nos deslocamentos urbanos de maior distância, com acesso às vias lindeiras devidamente sinalizadas.
- B) baixo volume de tráfego e função de possibilitar o acesso direto às edificações.
- C) significativo volume de tráfego, sendo utilizadas nos deslocamentos urbanos de maior distância, com acesso às vias lindeiras devidamente sinalizadas.
- D) função de permitir a circulação de veículos entre as vias arteriais ou de ligação regional e as vias locais.

Questão 27

O Código de Posturas de Belo Horizonte, Lei n. 8.616/03, define a obrigatoriedade de construção de passeios da seguinte forma.

- A) Cabe ao parcelador do solo urbano a construção de passeios.
- B) Cabe à prefeitura a construção de passeios tão logo receba o parcelamento do solo.
- C) Cabe à prefeitura a construção de passeios, quando da edificação do imóvel lindeiro.
- D) Cabe ao proprietário do imóvel lindeiro ao logradouro público a construção do passeio em frente à respectiva testada.

Questão 28

Considerando o que determina o Código de Obras de Belo Horizonte, Decreto Lei n. 84/40, complementado pela Lei n. 2.076/72, para edifícios destinados a garagens, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O pé direito mínimo será de 2,20 m em cada pavimento, que será considerado iluminado e ventilado, quando pelo menos uma de suas paredes for dotada de abertura suficiente, devendo a edificação conter pelo menos dois compartimentos sanitários, destinados a empregados.
- B) O pé direito mínimo será de 4,00 m em cada pavimento, sem exigência de iluminação e ventilação natural, devendo a edificação conter pelo menos um compartimento sanitário, destinado a empregados.
- C) Pé direito mínimo de 3,00 m, sem maiores exigências.
- D) O pé direito mínimo será de 2,20 m em cada pavimento, que será considerado iluminado e ventilado quando pelo menos uma de suas paredes for dotada de abertura suficiente.

Questão 29

Segundo Hermínia Maricato, o planejamento urbano no Brasil, para ser mais inclusivo socialmente, deveria

- A) substituir a idéia de Plano Diretor pela idéia de Plano de Ação.
- B) ampliar e enfatizar o processo de construção dos Planos Diretores Municipais.
- C) estabelecer Planos Regionais de Desenvolvimento Integrado.
- D) estabelecer um Plano Estratégico para as Cidades.

Questão 30

Assinale a alternativa que apresenta algumas características estruturais do processo de urbanização brasileiro apontadas por Hermínia Maricato como produtoras de enorme ilegalidade urbana.

- A) Urbanização muito rápida, gestão urbana incompetente, falta de cumprimento da legislação urbana.
- B) Migração rural urbana produzindo assentamentos com características mais rurais que urbanas, associadas a legislação urbana descolada da realidade.
- C) Falta de planejamento urbano em geral, descolamento do planejamento do orçamento público.
- D) Industrialização com baixos salários, gestão urbana pública com tradição em investimentos regressivos, legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei.

Questão 31

Na publicação do Ministério das Cidades sobre “Plano Diretor Participativo – guia para elaboração pelos municípios e cidadãos”, há abordagens sobre políticas na zona rural e sobre políticas na zona urbana.

Assinale a seguir o que é definido como objetivo *mais fundamental* nas duas zonas.

- A) A questão do abastecimento alimentar.
- B) A questão da segurança.
- C) A questão da educação.
- D) A questão da democratização do acesso à terra.

Questão 32

Na publicação do Ministério das Cidades sobre “Plano Diretor Participativo – guia para elaboração pelos municípios e cidadãos”, há um capítulo destinado a “Plano Diretor e Desenvolvimento Regional”.

Nesse documento o assunto é abordado

- A) pelo vínculo obrigatório com a região estabelecido na Lei do Estatuto da Cidade.
- B) pelo vínculo obrigatório ao desenvolvimento regional tomando por base as bacias hidrográficas.
- C) pela constatação de que existe uma lacuna sobre desenvolvimento regional na legislação federal.
- D) pelo vínculo obrigatório com o desenvolvimento regional, quando aborda o desenvolvimento econômico.

Questão 33

Milton Santos, no livro *A urbanização brasileira*, considera que o momento atual do processo de construção ou reconstrução do espaço é regido

- A) por relações novas entre as classes sociais.
- B) por relações novas entre Estado e sociedade.
- C) pelo processo do desenvolvimento sustentável.
- D) por um meio técnico-científico-informacional.

Questão 34

Diana Meirelles da Motta, no seu artigo “as metrópoles e os desafios da política urbana”, sugere, dentre outras, as seguintes formas de atuação na gestão urbana atual.

- A) Focalização social e espacial da política urbana, integração setorial, institucional e espacial de ações.
- B) Orçamento participativo, legislação urbana mais permissiva, ampliação da fiscalização sobre o uso do solo.
- C) Elaboração de planos regionais, políticas habitacionais inovadoras.
- D) Criação de novas centralidades, prioridade para os transportes públicos.

Questão 35

Assinale a alternativa que apresenta a forma como Carlos A. de Mattos, no texto “Redes, nodos e cidades”, descreve a tendência das regiões metropolitanas contemporâneas, inclusive na América Latina.

- A) Crescimento linear, adensamento demográfico e forte reforço do centro.
- B) Crescimento linear nas periferias, policentrismo com adensamento demográfico nos centros.
- C) Ampliação da mancha urbana sobre outros centros e dependência crescente do diversificado centro principal.
- D) Entrecruzamento reticular, periurbanização e policentrismo.

Questão 36

Reconhecendo que as cidades são o centro do desenvolvimento humano e existe uma crise de habitação no mundo, a Conferência de Istambul definiu que

- A) o desenvolvimento urbano independe do desenvolvimento rural.
- B) os países em desenvolvimento devem rever seus padrões de consumo.
- C) o desenvolvimento rural e urbano são interdependentes.
- D) a contenção do crescimento demográfico das cidades, especialmente nos países em desenvolvimento, deve ser o centro das políticas públicas.

Questão 37

Nas propostas da Conferência de Istambul, ficam reconhecidos como parceiros fundamentais, na implementação da Agenda Habitat, as seguintes entidades.

- A) Os governos federais dos diversos países
- B) Os governos municipais ou locais
- C) As ONGs e os movimentos populares
- D) As universidades e os centros de pesquisa

Questão 38

No texto “Marx, modernismo e modernização”, do livro – *Tudo que é sólido desmancha no ar*, de Marshall Berman, a análise do autor sobre a proximidade do pensamento de Marx com os princípios do modernismo, ressalta que

- I. Marx tem grande admiração pela contribuição da burguesia e seu poder de produção mais massivo e colossal que todas as gerações anteriores.
- II. Marx, como o Modernismo, pregam uma cultura antititolada e multilateral.
- III. Marx, como o Modernismo, desejam o desenvolvimento da capacidade total dos próprios indivíduos.

Completam **corretamente** o enunciado acima

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 39

No texto “O mito da cultura urbana”, do livro *A questão urbana*, de Manuel Castells, o autor busca explicar o “urbano” com olhar sociológico, iniciando o texto pela constatação de que um dos modelos que explicam o urbano afirma que

- A) a sociedade urbana acontece a partir da Revolução Industrial.
- B) a sociedade urbana acontece por oposição à sociedade rural, como evolução de uma forma comunitária para uma forma associativa.
- C) a sociedade urbana acontece a partir dos modos de produção.
- D) a sociedade urbana acontece a partir de relações de dominação.

Questão 40

No texto “Da sociedade urbana à revolução urbana”, do livro *A questão urbana*, de Manuel Castells, o autor analisa o urbano

- A) de um ponto de vista sociológico apenas.
- B) fazendo apenas uma análise da abordagem urbana de Lefebvre e do grupo Utopia.
- C) fazendo uma análise que compara inúmeros autores.
- D) fazendo uma análise histórica da cidade.

Noções de Direito Público

Questão 41

Analise as seguintes afirmativas sobre a fundação instituída pelo poder público e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A dotação patrimonial terá que ser inteiramente do poder público.
- () A sua natureza fundacional retira-lhe a possibilidade de auto-administração.
- () A forma de extinção das fundações governamentais é apenas por lei e, não, pelas disposições do Código Civil.
- () Terão imunidade tributária, quanto ao imposto sobre patrimônio, a renda ou serviços vinculados a suas finalidades essenciais.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (F)
- B) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (V) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

Questão 42

O Controle da Administração Pública Indireta é exercido

- A) pela tutela e nos exatos limites estabelecidos em lei.
- B) pelo poder de autotutela que permitirá rever os atos ilegais e inoportunos.
- C) por um controle interno que permitirá a revisão de atos eivados de vícios.
- D) somente quando houver provocação dos administrados.

Questão 43

Sobre o Serviço Público, é **CORRETO** afirmar que

- A) a abrangência das atividades consideradas como serviço público são sempre as mesmas no tempo e no espaço.
- B) a gestão do serviço público é atribuição do Estado que poderá exercê-la de forma direta ou indireta.
- C) não poderá ser objeto de delegação pelo Poder Público em razão da supremacia do interesse público.
- D) será possível a distinção de caráter pessoal para que se faça jus à prestação do serviço público.

Questão 44

“No contrato administrativo, existe uma oferta feita, em geral, por meio do edital de licitação, a toda coletividade; dentre os interessados que a aceitam e fazem a sua proposta (referente ao equilíbrio econômico do contrato), a Administração seleciona a que apresenta as condições mais convenientes para a celebração do ajuste. Forma-se, assim, a vontade contratual unitária (primeiro elemento)” (Di Pietro, 2006, p. 261).

Sobre o contrato administrativo, segundo as previsões legais da Lei n. 8.666/93 e explicadas por Maria Sylvia, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Devido ao princípio da indisponibilidade, jamais poderá ser considerado como um contrato de adesão.
- B) É defesa à Administração Pública a rescisão do contrato em razão da associação do contratado com outrem para sua consecução. Tal possibilidade será adstrita ao caso de se conter esta norma de forma expressa no edital de convocação.
- C) É obrigatório por lei que a Administração Pública exija garantia do contratado nos contratos de obras, serviços e compras. Estas poderão ser das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária e aval pessoal de pessoa de Direito Público.
- D) Ocorrendo a rescisão por motivo de interesse público, caso fortuito ou de força maior, a Administração Pública estará obrigada a ressarcir os prejuízos regularmente comprovados, a devolver a garantia e a pagar as prestações devidas até a data da rescisão.

Questão 45

Sobre o Servidor Público, conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável, duas vezes, por igual período.
- B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal do servidor público.
- D) O servidor público será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

Questão 46

O uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de concessão, permissão e autorização.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, fazendo a relação da modalidade com o seu respectivo conceito, conforme descrito por Maria Sylvia Di Pietro em seu livro Direito Administrativo.

COLUNA I	COLUNA II
1. Concessão	() ato administrativo precário, unilateral, gratuito ou oneroso e discricionário pelo qual a Administração faculta a utilização privativa de bem público para fins de interesse público.
2. Permissão	() ato administrativo precário, unilateral e discricionário pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade. É de caráter transitório.
3. Autorização	() contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público, para que o exerça conforme a sua destinação.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (3)
- B) (3) (2) (1)
- C) (2) (3) (1)
- D) (2) (1) (3)

Questão 47

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os requisitos para o recebimento da proposição pelo Presidente da Câmara, conforme o Regimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

- A) Redação clara e na forma técnica que melhor convier ao proponente, desde que não seja de matéria prejudicada.
- B) Redação clara, forma técnica legislativa e de livre estilo, não podendo conter semelhança com outra proposição em trâmite.
- C) Redação clara, obedecendo ao estilo parlamentar e à técnica legislativa, não podendo constituir matéria prejudicada, mas permitida a repetição de matéria em tramitação.
- D) Redação clara com estilo parlamentar e técnica legislativa, vedada a identidade e/ou semelhança com matéria em tramitação e a que estiver prejudicada.

Questão 48

É de Competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, **EXCETO**

- A) processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal, bem como ocupante de cargo de mesma hierarquia deste, nas infrações político-administrativas.
- B) suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição do Estado.
- C) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo urbano.
- D) solicitar, pela maioria de seus membros, a intervenção do Estado.

Questão 49

Como informa Silva (2007, p. 476), “[...] a autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa. Esta distribuição constitucional é ponto nuclear da noção de Estado federal.”

Para a devida repartição das competências entre os entes federativos, é adotado pela Constituição da República, segundo o autor, o princípio da

- A) unificação da federação.
- B) predominância do interesse.
- C) viabilidade jurídica.
- D) hierarquização administrativa.

Questão 50

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, há expressa proibição de que o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município.

A referida proibição subsistirá

- A) somente enquanto perdurarem as respectivas funções.
- B) mesmo depois de findas as respectivas funções e por um período de 02(dois) anos.
- C) mesmo que findas as funções, até que seja votada a próxima dotação orçamentária.
- D) até seis meses após findas as respectivas funções.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01 A B C D

02 A B C D

03 A B C D

04 A B C D

05 A B C D

06 A B C D

07 A B C D

08 A B C D

09 A B C D

10 A B C D

11 A B C D

12 A B C D

13 A B C D

14 A B C D

15 A B C D

16 A B C D

17 A B C D

18 A B C D

19 A B C D

20 A B C D

21 A B C D

22 A B C D

23 A B C D

24 A B C D

25 A B C D

26 A B C D

27 A B C D

28 A B C D

29 A B C D

30 A B C D

31 A B C D

32 A B C D

33 A B C D

34 A B C D

35 A B C D

36 A B C D

37 A B C D

38 A B C D

39 A B C D

40 A B C D

41 A B C D

42 A B C D

43 A B C D

44 A B C D

45 A B C D

46 A B C D

47 A B C D

48 A B C D

49 A B C D

50 A B C D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**